

**RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “A MEDIDA EXECUTIVA ATÍPICA DE SUSPENSÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO E OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA PATRIMONIALIDADE DA EXECUÇÃO CIVIL”<sup>1</sup>.**

*REVIEW OF THE ARTICLE TITLED “THE ATYPICAL EXECUTIVE MEASURE OF SUSPENSION OF THE NATIONAL PORTFOLIO OF QUALIFICATION AND THE PRINCIPLES OF PROPORTIONALITY AND PATRIMONIALITY OF CIVIL ENFORCEMENT”*

**João Filipe Lima Nascimento<sup>2</sup>**

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8035762546038801>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6278-9666>

E-mail: [joaonascimentolima99@gmail.com](mailto:joaonascimentolima99@gmail.com)

**Resenha da obra:**

OLIVEIRA, Lucas; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; OLIVEIRA, Ana Carolina. A medida executiva atípica de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e os princípios da proporcionalidade e da patrimonialidade da execução civil. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano XI, Vol. XI, n.40, jul./dez., 2020.

**Resumo**

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A medida executiva atípica de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e os princípios da proporcionalidade e da patrimonialidade da execução civil.”. Este artigo é de autoria de: Lucas Lima de Oliveira; Jonas Rodrigo Gonçalves; e Ana Carolina Borges de Oliveira. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, Ano XI, Vol. XI, n.40, jul./dez., 2020.

**Palavras-chave:** Medidas Executivas Atípicas. Carteira Nacional de Habilitação. Proporcionalidade. Patrimonialidade.

<sup>1</sup> A revisão linguística desta resenha foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

<sup>2</sup> Graduando em Direito pela Faculdade Processus.

### **Abstract**

*This is a review of the article entitled “The atypical executive measure of suspension of the national driving license and the principles of proportionality and patrimoniality of civil enforcement.”. This article is by: Lucas Lima de Oliveira Jonas Rodrigo Gonçalves; Ana Carolina Borges de Oliveira. The article reviewed here was published in the journal “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, Year XI, Vol. XI, n.40, Jul./Dec., 2020.*

**Keywords:** *Atypical Executive Measures. National driving license. Proportionality. Heritage.*

### **Resenha**

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A medida executiva atípica de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e os princípios da proporcionalidade e da patrimonialidade da execução civil”. Este artigo é de autoria de: Lucas Lima de Oliveira; Jonas Rodrigo Gonçalves Ana Carolina Borges de Oliveira. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, Ano XI, Vol. XI, n.40, jul./dez., 2020.

Quanto aos autores do artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um deles. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos um pouco sobre cada autor.

O primeiro autor é Lucas Lima de Oliveira. Graduando em Direito pela Faculdade Processus. Engenheiro Ambiental. lattes:<http://lattes.cnpq.br/3072002211919254>; ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-4936-7677>.

O segundo autor é Jonas Rodrigo Gonçalves. Doutorando em Psicologia; Mestre em Ciência Política (Direitos Humanos e Políticas Públicas); Licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês); Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, em Direito Administrativo, em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, entre outras especializações. <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>; <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>.

A terceira autora é Ana Carolina Borges de Oliveira. Mestre em Direito e Políticas Públicas; Professora de Direito Civil (Contratos) e de Direito Constitucional na Faculdade Processus; Especialista em Contratos e

Responsabilidade Civil. <http://lattes.cnpq.br/0054684022872565>  
; <https://orcid.org/0000-0001-9621-8407>.

O artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, A Execução e o advento do artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, Tipos de Medidas Executivas, Princípios da execução Civil relacionados às Medidas Executivas Atípicas, A Patrimonialidade e a Proporcionalidade na Execução Civil, A medida executiva atípica de Suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, Considerações Finais e Referências.

No resumo do artigo consta:

O tema deste artigo é o meio executivo atípico de suspensão da carteira de motorista. Investigou-se o problema: “A medida de suspensão da carteira de motorista afronta os princípios da proporcionalidade e patrimonialidade?”. Cogitou-se a hipótese “a medida de restrição da carteira de motorista afronta os princípios da proporcionalidade e patrimonialidade”. O objetivo geral é “analisar se a medida de restrição da carteira de motorista fere os princípios da proporcionalidade e patrimonialidade”. Os objetivos específicos são: “investigar a execução e o advento do artigo 139, IV, do CPC”, “listar os tipos de meios executivos e os princípios ligados, em especial a proporcionalidade e patrimonialidade” e “verificar a medida de restrição da carteira de motorista”. Este trabalho é importante em um aspecto individual devido a formação profissional; para a ciência, é relevante pois discute sobre o tema; agrega à sociedade por auxiliar as decisões judiciais. Trata-se de pesquisa qualitativa teórica com duração de um ano. (LIMA DE OLIVEIRA, 2020, p.2).

O tema deste artigo é “A medida executiva atípica de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e os princípios da proporcionalidade e da patrimonialidade da execução civil”. Discutiu o seguinte problema: “a medida executiva atípica de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação afronta os princípios da proporcionalidade e da patrimonialidade da execução civil?” O artigo partiu da seguinte hipótese “a medida executiva atípica de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação afronta os princípios da proporcionalidade e da patrimonialidade da execução civil”.

Nesse artigo, o objetivo geral foi “analisar se a medida executiva atípica de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação afronta os princípios da proporcionalidade e da patrimonialidade da execução civil”. Os objetivos específicos foram: “investigar a execução e o advento do artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, listar os tipos de medidas executivas e os princípios relacionados às medidas atípicas, em especial a proporcionalidade e

patrimonialidade da execução civil e verificar a medida executiva atípica de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação”.

A temática da pesquisa contou com a seguinte justificativa: “o estudo da medida executiva atípica de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação se releva de fundamental importância individual para formação profissional, bem como para a sociedade, fomentando pesquisas e decisões que proporcionam a satisfação do crédito do exequente, porém sem exageros do poder Estatal. A análise busca evitar que esta ferramenta se torne uma faca de dois gumes e desrespeite direitos fundamentais dispostos no ordenamento jurídico brasileiro”.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa utilizada no artigo aqui analisado foi a de pesquisa teórica por intermédio de instrumentos elaborados, principalmente livros e artigos científicos. A pesquisa foi realizada durante um ano, englobando a fase de elaboração do projeto, o levantamento bibliográfico, a seleção dos trechos pertinentes e a confecção do artigo.

No primeiro capítulo os autores começam apresentando com clareza os tipos de execução existentes no Ordenamento Jurídico Brasileiro, explicam o cumprimento de sentença (execução após decisão judicial) e a execução de título extrajudicial (método de execução de título existente). Expõe com clareza que o código traz a autonomia para o juiz identificar os meios necessários para efetivar a execução. Dentre esses meios estão os meios atípicos, no código de processo civil de 1973 os meios se limitavam as obrigações não pecuniárias, todavia no código de 2015 essa possibilidade se estendeu para essas obrigações por meio do art. 139, IV do CPC de 2015. Muito bem observado pelos autores, essa inovação proporcionou a flexibilização do processo executivo.

Com proatividade, o artigo apresenta no subsequente capítulo os tipos de medidas executivas que são classificadas em direta e indireta, no tipo de medida direta são utilizados meios sub-rogatórios, onde o devedor é substituído na realização da obrigação e no tipo indireto o devedor cumpre a obrigação pessoalmente (por força do Estado ou por iniciativa própria). Os autores pontuam com clareza que o código não permite a utilização de medidas atípicas de forma indiscriminada, devem ser usadas de forma subsidiária as tipificadas no código, sendo a última hipótese.

Lucas Lima de Oliveira, Jonas Rodrigo e Ana Carolina Borges de Oliveira trazem com clareza o conflito entre os princípios da execução civil e a aplicação das medidas executivas atípicas. Princípios como o da duração razoável do processo e da primazia da resolução do mérito entram em conflito com princípios que defendem a dignidade do devedor, como o princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o da liberdade de locomoção. De maneira clara, os autores pontuam que esses princípios devem ser muito bem observados para que não haja arbitrariedade do Poder Judiciário.

De forma objetiva, os autores relatam que surge da aplicação de medidas atípicas o conflito de direitos fundamentais dos envolvidos, daí se observam as máximas da patrimonialidade e proporcionalidade. O Princípio da patrimonialidade defende que não é justo que o devedor suporte com o corpo as consequências da execução, pois dessa forma atingiria sua dignidade. No mesmo sentido surge o Princípio da patrimonialidade que defende que as medidas tomadas devem respeitar as particularidades do caso concreto e serem proporcionais, seguindo os componentes desse princípio (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito).

Os autores, de forma importante, entram na discussão sobre a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e trazem um contraponto para essa medida levantando a hipótese de tal medida ferir o Princípio da proporcionalidade, pois de certa forma limita o direito de ir e vir do devedor. É preciso analisar se tal medida seria útil ao processo, se de fato forçaria o devedor a cumprir a obrigação. O autor traz o exemplo de profissionais que necessitam da CNH para trabalhar, nesse contexto a suspensão desse documento apenas dificultaria a satisfação da obrigação e feriria o Princípio da proporcionalidade.

O artigo, de forma objetiva, conclui que conforme atinge a CNH fere o Princípio da patrimonialidade por atingir o corpo do devedor, apesar de os tribunais superiores permitirem tal medida. Dessa forma, a aplicação deve ser feita com cautela, observando todos os princípios que resguardam o devedor e o credor e sempre observando a aplicação será útil para o processo. Os autores trouxeram questionamentos interessantes e concluíram sabiamente o tema.

## Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Acesso em: 20 out. 2019.

Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>.

BRASIL. Lei nº 13105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Acesso em: 21 mar. 2019. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)>.

BRASIL. Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil. Acesso em: 30 abr. 2019. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869impressao.htm)>.

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil: volume único. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 910 p.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O princípio da patrimonialidade da execução e os meios executivos atípicos: lendo o art. 139, IV, do. Revista Caririense do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Paraíso do Ceará, Paraíso do Ceará, v. 2, n. 1, p.84-94, 2016. Acesso em: 06 set. 2019. Disponível em:

<http://ojs.fapce.edu.br/index.php/dialjurifap/article/view/36>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em Números 2019: ano-base 2018. CNJ, 2019. Acesso em: 28 out. 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2018/08/620bf616dfc0d62e45e52345afd3260a.pdf>>.

DOUTOR, Maurício Pereira. Medidas executivas atípicas na execução por quantia certa: o recurso à ponderação como técnica de solução das colisões e a constitucionalidade da regra do art. 139, IV, do CPC/2015. Revista dos Tribunais Online: Revista de Processo, São Paulo, v. 286, p.299-324, dez. 2018.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um Artigo de Revisão de Literatura.

Revista JRG de Estudos Acadêmicos, Ano II, Vol.II, n.5, 2019. \_\_\_\_\_, Jonas Rodrigo. Manual de Artigo de Revisão de Literatura. Brasília: Processus, 2019.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

MIOLLA, Amanda Medicis; LIGERO, Gilberto Notério. Breve análise doutrinária e jurisprudencial dos meios executivos atípicos no artigo 139, IV do Código de Processo Civil de 2015. Etic 2017 - Encontro de Iniciação Científica, Presidente

Prudente - SP, v. 13, n. 13, p.1-10, 2017. Acesso em: 01 set. 2019. Disponível em:

<<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/6245/5948>>.

NETTO, José Laurindo de Souza; LEAL, Jenyfer Michele Pinheiro. Os requisitos e os limites para aplicação das Medidas Coercitivas sob à luz do artigo 139, IV, do Código de Processo Civil. Revista Jurídica Luso-brasileira, Lisboa - Portugal, n. 2, p.1355-1374, 2015. Acesso em: 03 set. 2019. Disponível em: <[http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/2/2019\\_02\\_1355\\_1374.pdf](http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/2/2019_02_1355_1374.pdf)>.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. 1807 p. desjudicialização da execução civil. Curitiba: Juruá, 2018. 214 p.

OLIVEIRA, Lucas; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; OLIVEIRA, Ana Carolina. A medida executiva atípica de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e os princípios da proporcionalidade e da patrimonialidade da execução civil. Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros. Ano XI, Vol. XI, n.40, jul./dez., 2020.

SCHNEIDER, Juciani; JARDIM, Augusto Tanger. Aplicabilidade das medidas atípicas de execução: uma análise da efetividade no ordenamento jurídico. Revista

do Curso de Direito: UNITAS, Itapiranga - Sc, n. 3, p.187-206, 2018. Acesso em: 03 set. 2019. Disponível em:

<<http://revista.faifaculdades.edu.br/index.php/direito/article/view/553>>.

SILVA, Lanaira da; SANTOS, Sidyel Pantoja. Comentários às diretrizes de aplicabilidade da cláusula geral de atipicidade do art. 139, IV, do Cód. Revista Eletrônica de Direito da Faculdade Estácio do Pará, Pará, v. 6, n. 9, p.41-66, jun. 2019. Acesso em: 01 set. 2019. Disponível em: <<http://revistasfap.com/ojs3/index.php/direito/article/view/265>>.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: volume III. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 1223.